

REGISTRO DA REUNIÃO

Reunião do Comitê Temático de **Acesso a Mercados**

CT 02

COORDENADORES:

Coordenador Público - Pedro Henrique Rincón Amaral / Ministério da Economia

LISTA DE PRESENÇA (ANEXA)

DATA	HORÁRIO	LOCAL
16/11/2022	16h às 18h	Reunião Realizada por Videoconferência - Microsoft Teams e Presencial - Auditório, Ministério da Economia, Bloco "J"

ITEM 1 - ABERTURA

O Coordenador Privado iniciou a reunião cumprimentando os participantes, e solicitou que os presentes se apresentassem, considerando que havia pessoas novas no encontro. Após, o Senhor Alfredo Nascimento apresentou-se como o novo Subsecretário da Micro e Pequena Empresa, e o Senhor Henrique Reichert como seu Substituto. Relatou brevemente sua trajetória anterior na Secretaria desde 2014. Sugeriu aos representantes das diversas entidades convidar outros interessados em participar do Fórum para construir políticas públicas fortes e consistentes para as MPEs nas diversas temáticas em que o Fórum atua.

Lembrou que provavelmente na próxima reunião, no ano seguinte, seria realizada eleição para novos coordenadores privados dos Comitês.

Apesar de o Comitê de Acesso a Mercados estar sem coordenação privada, o senhor Henrique Reichert esclareceu que, por ser a última reunião do ano, a eleição para o coordenador privado do CT2 será realizada junto com as demais eleições.

ITEM 2 – PAUTA

O Senhor Pedro Rincón reforçou a importância do papel do coordenador privado e, caso alguém já demonstrar interesse em se candidatar, pode se manifestar por e-mail ou durante a condução da agenda.

A primeira pauta prevista consistia em uma apresentação do Secretário de Turismo do Acre, e as outras duas serão apresentações de boas práticas de Minas Gerais e do Paraná, ambas em relação ao tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas.

Considerando que o representante do Acre não pôde estar presente na reunião, a Sra. Eneila foi convidada a iniciar sua apresentação.

2.1- Apresentação de Minas Gerais

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Tratou de um Acordo de Cooperação Técnica entre a SEDE, SEPLAG e SEBRAE, que se iniciou em 2021, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a promoção de políticas de compras governamentais que impactassem positivamente no desenvolvimento da economia local e fomento dos pequenos negócios e na geração de emprego e renda na economia mineira.

Quanto aos eixos de atuação, a Sra. Eneila mencionou que o acordo se baseava nos seguintes pontos:

- promoção do fomento à participação dos pequenos negócios nas licitações públicas;
- capacitação de empresários e gestores públicos;
- elaboração de metodologias e instrumentos normativos visando fomentar o desenvolvimento econômico local e inserir os pequenos negócios nas compras públicas; e finalmente;
- a criação de um Painel online de informações de compras acerca das licitações e das compras públicas no estado.

Quando o ACT foi proposto nada estava pronto, mas foi desenhado e estruturado em 2020. Durante seis ou sete meses foi feita a parametrização de dados para criação do Painel e envio ao SEBRAE e colocá-los no Painel.

A apresentação também informou sobre as atribuições da SEDE:

- Ampliar oportunidades de acesso a mercados;
- Proporcionar capacitação e orientação em gestão;
- Facilitar, desburocratizar e simplificar o ambiente de negócios em MG.

Quanto às atribuições da SEPLAG, foram destacados:

- Informar o Planejamento Anual de Compras do governo de MG;
- Elaborar estratégias de divulgação para os diversos órgãos;
- Disponibilizar os dados para a criação do painel de compras acerca das licitações e das compras públicas.

Quanto ao SEBRAE, este está encarregado da capacitação dos fornecedores locais para atender as normativas de compras públicas, apoiar a SEDE e SEPLAG com informações e dados estratégicos que deverão estar contidos na criação do Painel de Compras online, promover e divulgar as ações e finalmente, a articulação com a SEDE e os clusters locais de cadeias produtivas prioritárias dentro do escopo desejado.

Os resultados esperados com o ACT: aumentar a participação dos pequenos negócios nas licitações públicas, informações e bases de dados sistematizados e compartilhados entre SEDE, SEPLAG e SEBRAE, e a capacitação de empresários e gestores públicos para a utilização de benefícios legais nas licitações, desenvolvimento local e disponibilizar o painel.

Sobre os resultados, foram mencionados os seguintes pontos:

- ✓ Implantação no Painel online- no Sebrae -com informações acerca das licitações e das compras públicas no estado, com atualização enviada pelo SEPLAG a cada 3 meses.
- ✓ Capacitações para MPEs e gestores públicos
- ✓ Instrumentos normativos,
- ✓ Realização de treinamentos: 4.167 visualizações
- ✓ Crescimento de 12% na participação das MPEs nas compras públicas do estado
- ✓ Projeto piloto para centralização do PA Familiar, para a Secretaria de Agricultura. Então a SEPLAG centraliza o chamamento público para fornecedores, inicialmente focados em café e feijão.

Além das compras públicas, também há projeto de acesso a mercados, que é o circuito mineiro de oportunidades de negócios ou aproximar os pequenos negócios da rede varejista de supermercados.

O segundo item da pauta consistiu em apresentação de boas práticas do Paraná em compras públicas, realizada pelo Senhor Carlos Magno Andrioli Bittencourt, representando a CONAMPE e FAMPEPAR.

Iniciou explicando que em 2011 foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre TCE, SEBRAE e FOPEME dando início ao grande processo de orientar os municípios paranaenses na implementação do capítulo acesso

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

a mercados da LC 163, oficiar os prefeitos quanto à legalidade e obediência à Lei 123 em relação a compras públicas.

Em 2012 foram realizados 5 encontros regionais para capacitação dos servidores municipais da área de compras, capacitou as MPEs, identificando e acompanhando a sua participação nas licitações e um seminário de boas práticas para os municípios paranaenses. Foram capacitadas 15 mil pessoas.

Em 2017, em trabalho conjunto do SEBRAE, Escola de Gestão Pública do TCE-PR e do Fórum, foi lançado o Manual de Licitações do TCE-PR, apresentando soluções práticas para as quais os gestores públicos se deparam no dia a dia relacionadas à licitação de bens e serviços para o Estado e Municípios, inclusive sendo referência para todas as Unidades da Federação. O acordo foi renovado neste ano de 2022.

Foram criados Escritórios de Compras Públicas em parceria com SEBRAE/PR, Fecomercio PR, Fopeme, Faciap, Famepar, TCE/PR, EGP, Observatório Social do Brasil e Portal de Compras Públicas.

Finalizou afirmando que o Paraná foi o primeiro estado a regulamentar a nova lei de Licitações 14.133, de 2021 pelo decreto 10.086, de 17 de janeiro deste ano. Também remeteu os participantes a consultar o Observatório de Compras Públicas para maiores informações.

O coordenador público deu espaço para perguntas e comentários.

O Senhor Paulo Freitas da FOPEME complementou a informação sobre o acordo com o TCE/PR em 2011, quando não somente os jurisdicionados municipais foram treinados como também os próprios técnicos do Tribunal de Contas e hoje, pode-se dizer que há muito mais orientação que fiscalização. A pouca participação de empresas em 2011, hoje há 40% de participação, e que o Manual está sendo sempre atualizado.

O Senhor Gustavo, sobre compras públicas internacionais, afirmou que em setembro a CNI realizou junto com o SEBRAE uma missão ao Chile, onde existe um acordo entre ambos os países para compras públicas de pequenas empresas. E sugeriu a pauta de compras públicas internacionais nas capacitações e em acordos bilaterais.

Por sua vez, o Senhor Antônio Everton sugeriu a disseminação das boas práticas para os demais estados e reforçou que as compras públicas dinamizam mais o setor das MPEs em comparação às compras internacionais inclusive.

O coordenador lembrou que havia o projeto de desenvolver duas cartilhas com orientações para os gestores locais sobre as compras públicas, a importância da lei e considerar o tratamento favorecido e diferenciado das MPEs, e outra cartilha para as empresas para que estas saibam onde buscar informações e terem ciência das vantagens previstas em lei. Apesar da importância deste projeto, não houve avanço na realização destes materiais.

O Senhor Antônio Everton colocou-se à disposição em colaborar com o trabalho junto com a CONAMPE.

O Senhor Ercílio Santinoni, por sua vez, recordou que as cartilhas de compras públicas no PR foram um trabalho desenvolvido principalmente pelo Senhor Mario Doria e do FPMPE, que a cartilha foi muito importante para que os prefeitos soubessem que podiam comprar da microempresa sem problemas com a prestação de contas.

O Senhor Pedro continuou com uma atualização sobre três iniciativas específicas que estão sendo desenvolvidas na SEMPE e que guardam relação com o tema do CT2:

A primeira iniciativa mencionada foi o estudo de políticas públicas para pequenas e médias empresas da América Latina, conduzido pela OCDE em parceria com a CAF e SELA. O que se busca são indicadores de elaboração de políticas públicas, implementação e monitoramento em nove eixos ou dimensões. O trabalho dos especialistas permitirá um diagnóstico da posição do Brasil quanto ao apoio as pequenas e médias empresas em comparação com os demais países da América Latina. A primeira edição não teve a participação do Brasil, porém nesta segunda edição haverá a participação dos países do Mercosul, Comunidade Andina e

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA/ME
SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE/SEPEC
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E MICRO E PEQUENAS EMPRESAS/SIMPE
SUBSECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO/SEMPE**

Aliança do Pacífico. Afirmou ainda que estamos na fase de autoavaliação governamental, com previsão dos resultados para abril e divulgação para o segundo semestre.

Tanto o Senhor Pedro Henrique quanto o Senhor Alfredo reforçaram que os resultados podem ser uma oportunidade de cooperação e *benchmark* para o Brasil junto aos demais países.

Duas outras iniciativas estão sendo desenvolvidas em parceria com a ENAP, a premiação para Cidades Empreendedoras, que é um desafio de inovação aberta para cidades de até 280.000 habitantes que tenha implementado alguma iniciativa de incentivo ao empreendedorismo, em sete eixos diferentes. A ideia é buscar as melhores práticas desenvolvidas pelas prefeituras de micro, pequenas e medias cidades brasileiras, ainda, que é complementar ao Prêmio Prefeito Empreendedor realizado pelo SEBRAE em grandes cidades. A SEMPE recebeu quase 300 iniciativas, que serão avaliadas até o dia 4 de dezembro e no início do ano que vem serão premiadas e haverá a publicação de um material com as melhores iniciativas.

O Senhor Henrique complementou a informação afirmando que haverá um repositório das melhores práticas para que as iniciativas exitosas possam ser replicadas.

A terceira iniciativa, desafio de Comercio Exterior, sustenta-se em três dificuldades relevantes no acesso das MPEs ao mercado externo: adequação de produtos, informação para internacionalização e estratégia (o que, para onde vender). Também um desafio de inovação aberta, cuja primeira etapa já foi concluída. Há nove iniciativas para serem desenvolvidas, 3 em cada eixo. Há uma empresa aceleradora que ajudará no desenvolvimento das ideias em dezembro e janeiro.

Ambos os desafios procuram boas ideias que combatam dificuldades semelhantes para serem replicadas.

Para finalizar a reunião, o coordenador público lembrou a necessidade de substituir o coordenador privado anterior, Ronnie Pimentel, da CNI, não poderia continuar exercendo essa função. Solicitou indicações de nomes.

O Senhor Henrique Reichert solicitou que os interessados enviassem mensagem ao correio eletrônico do Fórum, para que na primeira reunião do ano deste Comitê e da Reunião Ordinária os nomes sejam votados, uma vez que também serão eleitos todos os coordenadores privados dos demais Comitês. Todos devem ser obrigatoriamente substituídos, exceto o Sr. Hélio da MONAMPE, Senhor Tarcísio do CT4 e Senhor Ercílio do CT6, da CONAMPE, que poderão exercer a função por mais dois anos.

O coordenador público mencionou todos os temas desenvolvidos nas reuniões do CT2 ao longo do ano e solicitou que os participantes se manifestassem quanto ao interesse de aprofundar as discussões de algum desses temas especificamente ou sugira outra pauta para ser desenvolvida já na primeira reunião do próximo ano.

ITEM 3 – ENCAMINHAMENTOS

1. Aguardar nomes de interessados em exercer a função de Coordenador Privado do Comitê Temático de Acesso a Mercados- CT2